

RESENHA:
HISTÓRIA DA SEMÂNTICA: SUJEITO, SENTIDO E GRAMÁTICA NO BRASIL

TÂNIA FLORES AIUB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

História da Semântica resulta de uma série de estudos realizados por Eduardo Guimarães, na Universidade Estadual de Campinas, sob o título História da Ideias Lingüísticas no Brasil. Propondo-se a fazer mais do que um panorama dos estudos da linguagem no país, o autor empreende um olhar materialista sobre o espaço da semântica na institucionalização de uma lingüística brasileira e, ademais, sobre o espaço do sujeito como agente da linguagem. Com referenciais entre o século XIX e a década de 1970, Guimarães aventa a ordem histórica em que a ideia de língua passa a ser cotejada como meio catalisador da noção de nacionalidade e uma ordem em que a institucionalização de pesquisas nos estudos da linguagem permite a solidificação da língua portuguesa com suas discrepâncias em relação ao português de Portugal.

Como linha norteadora de suas análises está a relação entre o domínio de saber e as instituições em que este saber se constitui, de forma que os acontecimentos, consubstanciados com uma ordem institucional, catalisam aspectos da produção de saber. A história das ideias, para Guimarães, envolve três elementos: instituições – acontecimentos – obras que formulam e organizam os conhecimentos. Considerando o acontecimento como aquilo que, ao ocorrer, produz diferenças, Guimarães coloca em tela o fato de que a concepção de história com que maneja os fatos é permeada de uma temporalidade singular, ou seja, de um conhecimento que é produzido, deslocado pelo impacto de condições determinadas. Assim, a concepção de acontecimento se talha não por uma linearidade cronológica de fatos presentes, passados e futuros, mas pela própria constituição de uma temporalidade (re) significativa.

Na relação entre produção de saber e acontecimento Guimarães identifica fases distintas em que determinações históricas produziram deslocamentos na produção de saber sobre a língua no Brasil: o primeiro momento situado na segunda metade do século XIX pautado pelo movimento de nacionalização – com a independência do país, seguida de mudanças nos modos de produção com a libertação dos escravos e da constante e mais sólida influência da cultura européia no país. Disso resultam debates calorosos entre escritores brasileiros e portugueses e um movimento autoral de publicação de gramáticas no país intensificada pelo estabelecimento do novo Programa de Português para Exames Preparatórios em 1887. Acresce ainda o evento da fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897. Tal período estende-se até a década de 30 do século seguinte com a Fundação das Faculdades de Letras no país. A partir deste momento, os estudos da linguagem delineiam um espaço singular na vida acadêmica. Acaloram-se debates entre puristas e nacionalistas, mais gramáticas começam a ser publicadas, uma discussão em torno linhas de estudo européias e americanas entram em cena para acalorar os estudos, o estruturalismo se faz presente nas universidades e os modelos de gramática descritiva ou prescritiva ronda os círculos acadêmicos. Assim, a institucionalização da linguagem como objeto de estudos e pesquisa situa-se dos anos 30 até a década de 1970, quando a Lingüística torna-se disciplina obrigatória nos cursos de Letras em 1962, seguindo-se, em 1969, à criação da Associação Brasileira de

Linguística. Amparando-se em acontecimentos históricos, a produção de saber sobre língua no país sofreu deslocamentos, viu-se modificada pela ordem dos fatos históricos e sociais que se materializaram nas formas de enunciar tal saber.

O primeiro momento caudatário do evento histórico e político da independência afirma a necessidade de movimentos de busca por identidade nacional favorecida por uma paulatina desidentificação com Portugal. Isso ocorre pelo viés linguístico. As noções puristas de unificação linguística entre Portugal e Brasil acaloravam ainda mais a noção de colonização. Em meados do século surgem estudos gramaticais da língua portuguesa *do Brasil* que vêm ao encontro do programa para exames preparatórios escolares do país. Seguindo-se aos estudos gramaticais, surgem os estudos lexicográficos marcados por determinações, predicções específicas da língua oficial do país como o *Diccionario Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Antônio Joaquim de Macedo Moraes, editado em 1888. Resulta disso uma observação contundente: a instituição escolar subjaz os estudos da língua e ambas concorrem para a projeção de solidificação de uma língua portuguesa do Brasil. Trava-se, para tanto, de um embate entre o purismo linguístico que unifica a Língua Portuguesa única para Brasil e Portugal e os estudos que visavam descrever a língua falada no país, com peculiaridades e dissonâncias em relação ao português do colonizador – trata-se do Português do Brasil. É nítido que duas vertentes de estudos da língua se delineiam nos países: aquela amparada na gramática filosófica, purista e normativa e outra que se pauta na descrição de uma língua nacional.

Se diferenças são constatadas entre a língua de Portugal e a língua falada no Brasil, em que elementos esta tese se ampara? Para Guimarães, as diferenças estão na semântica, que a época, ainda rondava pela periferia dos estudos da linguagem. Para comprovar que no Brasil havia uma língua em curso diferente do modelo português, os gramáticos amparavam-se nas diferenças de sentido e na existência de palavras novas no Brasil, dadas as influências indígenas e africanas. A língua portuguesa passou por um processo de gramatização, tomando cores próprias. As questões semânticas se impõem desde o princípio por aqueles que pleiteavam uma gramática do português do Brasil. Para dar conta dessas questões, Guimarães, inventaria autores que desde o princípio dos estudos de língua portuguesa, no século XIX, tratam da mudança de sentido, da significação como fato modificador da linguagem. Para tanto, busca as obras de Pacheco Silva Júnior datadas da segunda metade do século XIX até 1903 quando da publicação póstuma de *Noções de Semântica*¹. Este autor trata das discrepâncias entre o português do Brasil e o português de Portugal pautadas sobre as variações de sentido, o que para ele caracteriza os **brasileirismos**, introduzidos em seus escritos para tratar das peculiaridades de identificam um falar nacional. Isso se consubstancia com uma forma de estudar a língua e a linguagem em relação ao sujeito, à comunidade que a utiliza. Pacheco Silva Jr. constrói ao longo de sua obra um conceito de sujeito da linguagem, agente das mudanças linguísticas – *o povo*. Segundo Guimarães “Dizer que o vocabulário inclui brasileirismos significa, mesmo que não se diga, determinar a língua como brasileira, como tendo um caráter brasileiro” (pág. 55).

Ressalta disso o fato de que uma autoria brasileira sobre a gramática teve influência determinante na consolidação de uma identidade linguística para o país, ademais, este movimento autoral pautou-se sobre a questão da significação, uma vez que capítulos sobre semântica são encontrados nas obras dos gramáticos brasileiros para consolidar o falar do país e suas diferenças em relação à língua de Portugal. Ganham interesse nesse aspecto as questões semânticas que paulatinamente estão na constituição

¹ Com grande influência de Michel Bréal.

dos estudos gramaticais do português do Brasil e de sua consolidação como língua nacional.

A análise da obra de Pacheco Silva remete a três dissonâncias fulcrais para o entendimento dos movimentos de identificação de uma língua brasileira, pertencente a uma coletividade própria: primeiro, há uma diferenciação entre a língua pensada por vias naturalistas, pertencente ao homem e a língua pensada pelo viés histórico, pertencente a um coletivo historicamente constituído e agente das variações lingüísticas que é o povo. Segundo, a semântica como parte da gramática e esta como parte da gramática, debate que ora centraliza as questões semânticas como determinantes, ora as coloca na periferia dos estudos gramaticais. Terceiro, segundo a ótica histórica, surge a noção de sujeito coletivo, de povo e, subjacente a isso, surge uma noção de erudição.

O que se pode ver é que, no constante embate entre purismo e língua nacional, surge uma polarização interna no país: aqueles que sabem e aqueles que produzem a mudança na língua oficial. São salientadas variações de sentido, variações morfológicas na língua portuguesa em vista de que se a identidade do português do Brasil está assentada na língua falada e moldada pela comunidade lingüística – o povo, por outro lado tais discrepâncias representam o desvio de uma norma de correção e de erudição. Pacheco Silva, ao tratar desses movimentos no estudo da língua, permite através da desconstrução de homogeneidade lingüística requerida politicamente, a cisão entre aqueles que sabem e aqueles que excluídos falam outra língua. Para tanto, na esteira do projeto de desligamento das políticas de unificação lingüística, o projeto de construção de uma língua nacional trouxe consigo a construção de uma rede de exclusões sócio-históricas da sociedade brasileira. Dessa forma o movimento de incluir a semântica como parte da gramática desloca o eixo das diferenças em prol de uma homogeneização, de uma política lingüística cunhada pela vertente purista de estudos da língua, ao passo que o movimento inverso de incluir a gramática na semântica como ciência dos estudos das significações, promotora do inventário das diferenças, abriga em si o estudo de brasileirismos, provincianismos e a divisão sócio-política do povo brasileiro, o qual encontra-se segmentado entre erudição e falar nacional.

Sem dúvida, a produção de conhecimento sobre a língua do Brasil é caudatária de um momento institucional – a independência em relação a Portugal, momento definidor de práticas, de modos de representação cujas marcas são materializadas nas formas de enunciar sobre a língua, sobre o sujeito, sobre o país. Dessa forma, o autor cita obras destinadas a fazer o inventário de diferenças entre a língua falada em Portugal e no Brasil. Trata-se das gramáticas e dicionários produzidos a partir de 1880 em nosso país, a título de exemplo temos: *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa* de Pacheco Silva (1879), *Grammatica Portuguesa* em parceria com Lameira de Andrade (1887), *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1888) de Macedo Soares.

A partir desse movimento autoral no país, em que gramáticas destinadas a descrever o português do Brasil foram publicadas, em que a instituição escolar se colocou como a ponte entre a erudição e o falar nacional, no século XX, o país passa a ter produção de conhecimento sobre língua num campo especializado que é a Universidade. São fundados os primeiros cursos de Letras no Brasil (USP e Universidade do Brasil) destinados a solidificar espaços de pesquisa sobre as questões da linguagem. Importa ressaltar que as questões de linguagem, até então, estavam ligadas a um projeto político social de instituição da língua nacional, alçada num padrão literário e ligado fundamentalmente ao ensino. Eis aqui um momento pelo qual um conceito se constitui, permanece ou se torna outro, pois a academia é impulsionada pelos ares das pesquisas européias e busca uma análise objetiva e sistemática da língua. Importa ressaltar que, mesmo no deslocamento que se fez na academia para os estudos

da língua portuguesa, os espaços do sujeito e do sentido não puderam ser elididos. Em contrapartida, solidificam-se no século XX as noções de sujeito (povo) como agente de depreciações no idioma oficial. Alçando um olhar sobre os escritos de Silveira Bueno, filólogo, professor da Primeira Faculdade de Letras – USP, Guimarães ressalta a mesma segmentação entre estudos gramaticais normativos e a semântica, de forma que Bueno coloca o sujeito, as variações que a linguagem sofre no espaço reservado à semântica, e a língua, sistema de signos, é objeto da gramática. Silveira Bueno recorre à relação língua/fala de Saussure para tratar dessa segmentação quando defende a unidade lingüística entre Brasil e Portugal, sendo a língua única, mas os brasileirismos encontram alicerce na fala, no uso por uma comunidade. Para este autor, o que permite pensar a semântica relacionada ao sujeito da linguagem é justamente o fato de estabelecer conexão com a fala, ao passo que a língua, enquanto unidade, forma, é única e estabelecadora de convenções. Em contrapartida, mesmo dedicando em seus escritos reverência ao estudo da Língua em sua estrutura, esta concepção de Língua é a de Língua Nacional.

Ressalte-se, sobretudo, que Said Ali manteve suas gramáticas no aporte normativo, prescritivo. Por outro lado, o autor formula um lugar para o sujeito na linguagem. Em seu livro *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, de 1930, o autor postula a inegável particularidade da língua como meio de expressão do indivíduo e deste como agente das mudanças lingüísticas e gramaticais. No entanto, ao tratar das alterações semânticas separadamente, faz uma abordagem estrutural, excluindo o lugar do sujeito nas variações que a língua sofre. O que Guimarães observa é que, mesmo concedendo um espaço para o sujeito psicológico na linguagem, o autor opera uma segmentação amparada na estratificação social entre aqueles que detêm a norma culta e o *vulgo*, estabelecendo lugares sociais determinados pela enunciação sobre o estudo da língua no Brasil. Veja-se: “*Do termo anatomia cedo se apoderou o vulgo para lhe atribuir sentido depreciativo*” (Said Ali Apud. Guimarães, pág. 74). Assim, ao falar de uma língua sem sujeito, ao tratar das questões semânticas, Said Ali prenuncia que a entrada do sujeito em cena leva à depreciação do idioma. Lugares sociais são discursivizados pelo gramático. Guimarães chama a esse movimento de uma interdição a enunciar, ou seja, os sujeitos da linguagem, através dos quais a língua vive e se renova, somente podem enunciar em língua nacional se dentro de um padrão culto. Reduz-se o lugar do sujeito, seus espaços de enunciação são cerceados pela divisão operada na/pela língua nacional. O próprio conceito de Língua Nacional revela as divisões sociais entre aqueles que acedem ao conhecimento da Língua e aqueles que a desvirtuam por desconhecerem sua unidade.

De especial relevo a contribuição de Mattoso Câmara Jr. para os estudos de lingüística no Brasil. Interessado na língua como objeto de conhecimento, colocou em tela um olhar sobre as estruturas da Língua Portuguesa em detrimento do conceito de Língua Nacional. Interessam, sobretudo, para Guimarães os estudos de Câmara Jr. sobre estilística a que ele considera um complemento para a gramática. Assim, para o autor, há uma parte na língua que está além do plano da análise lingüística nos moldes saussurianos, ou seja, algo que é da ordem do sujeito, da enunciação, em que a língua reflete estados de significação intencional, emocional, afetiva. Para ele, esta é a contraparte da gramática, ou melhor, as questões do sujeito e da enunciação, estão fora do âmbito dos estudos gramaticais. Para Guimarães, Mattoso Câmara manteve dois lugares de enunciação acerca da língua e das relações com o sujeito da linguagem: um estabilizado, legitimado por uma herança de normatividade e de redução do sujeito a um papel de desordeiro da norma culta, neste caso a língua deve ser depurada. Outro é o

lugar de um teórico que encontrou na estilística um espaço de enunciação sobre a importância do sujeito, dos estudos acerca da significação na língua portuguesa.

É atribuído a Mattoso Câmara e a Said Ali o passo decisivo de deslocamento dos estudos da língua nacional para os estudos da língua. Diz o autor: “Mattoso colocará em cena no Rio de Janeiro a lingüística moderna a partir de suas relações inicialmente com a lingüística europeia (pág. 33). Ademais, a partir da edição de gramáticas como as de Rocha Lima, Evanildo Brachara, Celso Cunha e outros nota-se, segundo Guimarães, um esvaziamento do ideal de legitimidade da língua pelo viés literário, mas como um objeto estudado em si.

Diante desse embate entre a língua e seus resíduos, diga-se as questões de significação e do sujeito, o século XX se viu marcado por uma profusão de linhas de estudos sobre a linguagem em suas relações como o sujeito, com a sociedade, com ela mesma. No entanto, quanto mais esforços eram feitos para recolher sujeito e semântica a um lugar residual, mais difícil se tornava abordar a linguagem. Por isso, pleiteando o lugar do sujeito nos estudos da linguagem os anos 1960 e 1970, momento em que os departamentos de lingüísticas se instituíram e solidificaram linhas de estudo diversas nas universidades brasileiras, viram a entrada em cena de estudos de enunciação em diversas direções. Para um percurso acerca da significação e do sujeito da linguagem na história brasileira os anos 60 e 70 foram, a um só tempo, de corte com teses fundamentalmente formais e um princípio para o resgate da subjetividade nos estudos da linguagem. A partir da empreitada de especialização dos profissionais das letras no país, muitos foram estudar em diversos núcleos de pesquisa lingüística fora do Brasil, trazendo influências diversas e que culminaram num delineamento de núcleos acadêmicos internos. Assim, os departamentos de pesquisa em lingüística no Brasil se institucionalizaram de acordo com as influências desses profissionais que vinham tanto com influências européias ou norte-americanas. A década de 1970 marcou a entrada da semântica como linha de pesquisa acadêmica com vertentes diversas de estudo a partir das pesquisas em enunciação como: a Semântica Argumentativa, as Teorias do Atos de Fala (pragmática), as Análises de Discurso, com ênfase à linha francesa. Todas linhas de pesquisa destinadas a buscar as relações entre língua e sujeito num espaço de significação.

É inegável que o percurso empreendido por Eduardo Guimarães delineia um pano de fundo dos estudos de semântica no país, pautado sempre pelo residual e acobertado por uma tradição de pesquisas em lingüística formal e ademais de solidificação de um falar oficial, destinado a suturar relações de poder, relações de dominância, refletidas na polarização entre erudição e falar vulgar. No entanto, mais do que isso, o inventário feito pelo autor reflete o caminho de produção de conhecimento sobre língua no país, uma história de busca por identidade, de busca por autoria acadêmica, de instituição de ambientes de pesquisa e de estudos sobre a língua, e, ademais, de luta por um espaço para enunciar sobre a realidade lingüística do país.

Tânia Flores Aiub

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Análise de Discurso Francesa

R: Fernando Noronha, nº 123 – Bairro Caça e Pesca – Cidade Gravataí – CEP 94190-260 – RS – Fone 98247473

taniajfr@yahoo.com.br